

CÂMBIO LIVRE MELHORA SALDO COMERCIAL

São Paulo — O efeito líquido da desvalorização do câmbio na balança comercial é de um superávit de até US\$ 4 bilhões neste ano em relação ao resultado obtido em 1998. Se esse desempenho for alcançado, o déficit na balança de transações correntes, que engloba gastos com serviços, viagens e remessas de dinheiro para exterior, deverá ficar em US\$ 18 bilhões neste ano, ante US\$ 32 bilhões em 1998. A expectativa inicial, antes das mudanças no câmbio feitas na semana passada, era que o déficit em transações correntes chegasse a US\$ 22 bilhões este ano.

"Com esse resultado, o risco Brasil poderá cair e abrir espaço para o recuo nas taxas de juros; o resto vai depender do ajuste fiscal", afirma o presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP), o economista Juarez Rizzieri, enfatizando os reflexos positivos das mudanças. "Essa queda no déficit em transações deixa a situação mais favorável, mas ainda continua desconfortável por causa da escassez de empréstimos para o país", explica Rizzieri.

Para avaliar o impacto das mudanças do câmbio na balança comercial, Rizzieri considerou que a desvalorização real, descontada a inflação, deverá ficar em 20% neste ano. Em termos nominais, ele trabalha com projeções de 25%.

Além disso, o economista levou em conta que, para cada 1% de

desvalorização na moeda nacional perante o dólar, as exportações aumentam em 0,3% e as importações caem 0,3%.

O economista estima que o efeito bruto da desvalorização do câmbio no comércio exterior do País, somado aos resultados do crescimento da renda mundial em torno de 2%, e da retração também de 2% no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, devem resultar numa cifra de US\$ 10 bilhões neste ano em relação ao ano passado.

Desse total, explica Rizzieri, US\$ 5,5 bilhões são da queda nas importações, que ficarão mais caras. Os US\$ 4,5 bilhões restantes serão do aumento das exportações, que ganharão competitividade no exterior. Ele pondera, no entanto, que o procedimento correto para avaliar o impacto líquido das medidas é abater desse valor o déficit comercial de US\$ 6 bilhões registrado no ano passado.

RESTRIÇÕES

O governo decidiu ontem restringir importações temporárias

de bens, feitas através de contratos de aluguel, arrendamento operacional ou empréstimo, destinados a uso econômico. Isso significa que elas passam a ser tributadas de acordo com o tempo de permanência no país. A medida foi determinada por três Instruções Normativas da Receita Federal.

O coordenador Geral do Sistema Tributário, Álvaro Nunes de Oliveira,

"ESSA QUEDA NO DÉFICIT DEIXA A SITUAÇÃO MAIS FAVORÁVEL, MAS AINDA CONTINUA DESCONFORTÁVEL POR CAUSA DA ESCASSEZ DE EMPRÉSTIMOS PARA O PAÍS"

Juarez Rizzieri,
presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

se. Ficam de fora da regra de importação de uso econômico as feitas para plataformas de prospecção de petróleo e gás.

Continuam isentas as importações temporárias chamadas de clássicas, feitas pelo prazo de até 180 dias, tais como feiras, exposições, pesquisas científicas, espetáculos, reprodução de fonogramas etc.